

Brasil

Em 2014, o Brasil fez um avanço significativo nos esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo criou unidades móveis de inspeção para coordenar as iniciativas de fiscalização das leis sobre trabalho infantil entre o ministério do Trabalho regional e outros inspetores locais. Foi assinada a lei 12.978, que especifica penalidades no Código Penal para a exploração sexual comercial de crianças. Foram realizadas inspeções tendo como alvo o trabalho infantil em 165 estabelecimentos comerciais no estado da Bahia durante o carnaval brasileiro em fevereiro e em muitos locais turísticos durante a Copa do Mundo em junho. Foi também assinado o Plano Nacional de Educação, e mais 9 milhões de escolas participaram do programa Mais Educação. Ainda assim, existem crianças envolvidas em trabalho infantil, até mesmo na agricultura e nas piores formas de atividade, como exploração sexual comercial, às vezes em consequência de tráfico humano. Alguns governos locais não dispõem de recursos adequados para implementar plenamente os programas nacionais de combate ao trabalho infantil e ao tráfico de crianças.

Com base no relatório, foram identificadas ações recomendadas capazes de promover a eliminação do trabalho infantil no Brasil, inclusive suas piores formas.

Área	Ação recomendada	Ano(s) recomendado(s)
Arcabouço jurídico	Garantir que a definição de tráfico de pessoas seja coerente com os padrões internacionais.	2011 – 2014
Aplicação da lei	Aumentar o número de inspetores do trabalho responsáveis pelo cumprimento das leis relativas a trabalho infantil para obter uma cobertura adequada da equipe.	2014
	Divulgar ao público informações sobre o número de casos de tráfico de crianças e trabalhos forçados, inclusive o número de crianças resgatadas, investigações, ações penais e condenações, além de crianças que receberam serviços sociais.	2012 – 2014
	Divulgar ao público informações sobre o número de investigadores criminais das piores formas de trabalho infantil.	2014
	Proporcionar recursos adequados aos governos locais para que combatam o tráfico humano e prestem assistência a suas vítimas.	2012 – 2014
Programas sociais	Desenvolver um sistema de monitoramento para acompanhar a implementação de políticas e programas de trabalho infantil.	2009 – 2014
	Tornar disponível ao público o número de crianças que recebeu serviços sociais.	2014
	Ampliar os esforços para melhorar o acesso ao ensino fundamental e médio, particularmente em áreas rurais.	2013 – 2014
	Realizar pesquisas mais aprofundadas sobre as piores formas de trabalho infantil, particularmente em relação a crianças envolvidas em serviços domésticos, tráfico de drogas e exploração sexual comercial, bem como crianças vítimas de trabalhos forçados e trabalho infantil em comunidades indígenas.	2009 – 2014
	Fornecer aos governos locais recursos e capacitação para implementar e monitorar plenamente os programas PETI e Bolsa Família, identificar a assistência técnica que as comunidades	2009 – 2014

necessitam e aumentar a conscientização.

Assegurar-se que as famílias que participam do PETI cumpram os requisitos do programa de manter a criança na escola e não no trabalho.

2009 – 2014